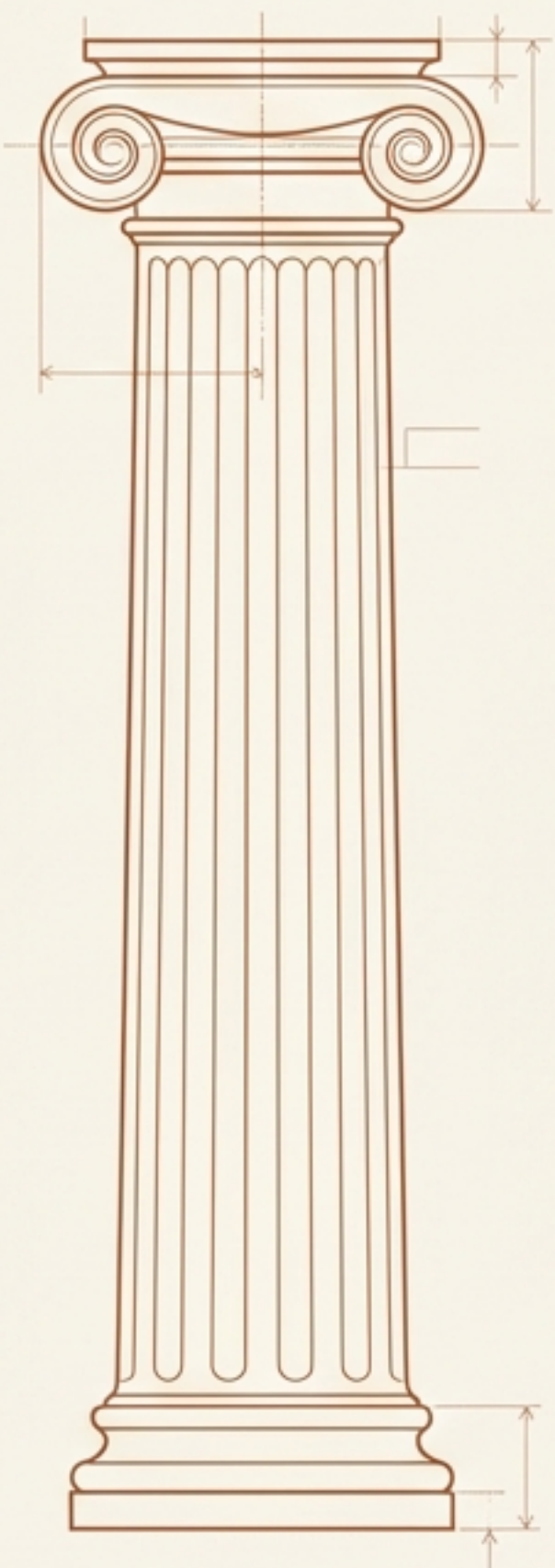




A Arquitetura da Verdade

Desvendando a Lei da Testemunha Conspiradora
(*Eid Zomeim*) no Pensamento de Maimônides

Uma análise do Capítulo 18 de *Hilchot Edut*



O Princípio Fundamental: “Farás a ele como ele conspirou fazer a seu irmão.”

- Quando um par de testemunhas acusa falsamente outro par de testemunhar um evento que não poderiam ter visto, são chamadas de *eidim zomemim* (“testemunhas conspiradoras”).
- A Torá estabelece uma *mitzvá* positiva (mandamento) de puni-las com a exata sentença que seu testemunho malicioso visava infligir a um inocente.

“...retribuir-lhe da maneira que ele desejava, por meio de seu testemunho, prejudicar seu colega.” (Edut 18:1)

Deuteronômio 19:19

A Aplicação do Princípio “Medida por Medida”



Pena Capital

Cenário: Testemunham sobre uma transgressão punível com morte (apedrejamento, fogueira, etc.).

Sentença: As testemunhas conspiradoras recebem a mesma forma de pena capital.



Pena Corporal

Cenário: Testemunham sobre uma transgressão punível com açoites.

Sentença: Cada testemunha é açoitada (39 açoites, ajustado à sua capacidade física), não se dividindo a pena entre elas.



Pena Financeira

Cenário: Testemunham para forçar um pagamento financeiro.

Sentença: O valor é dividido igualmente entre as testemunhas conspiradoras. Elas pagam a multa, mas não recebem açoites.

A Distinção Crucial que Define a Lei

A lei de *eid zomeim* aplica-se apenas a um tipo específico de falso testemunho. Para entender sua lógica, devemos diferenciar dois cenários fundamentalmente distintos:



1. ***Hazamah*** (Desqualificação da Testemunha)

2. ***Hakchasha*** (Contradição do Testemunho)

Enquanto um anula o testemunho, o outro ataca a credibilidade da própria testemunha, resultando em punição. Vamos explorar a diferença.

Hazamah vs. Hakchasha: O Foco da Invalidação



HAKCHASHA (Contradição)

Foco: No **EVENTO**

O Que é Dito: “O evento sobre o qual vocês testemunham simplesmente não aconteceu, ou aconteceu de forma diferente.”

Exemplo:

- Testemunhas A: “Vimos Reuven matar Shimon.”
- Testemunhas B: “Nós estávamos lá e Reuven **não** matou Shimon.”

Resultado: Ambos os testemunhos são anulados. Ninguém é punido, pois não se sabe quem está mentindo.



HAZAMAH (Conspiração)

Foco: Na **PESSOA** da testemunha

O Que é Dito: “Não sabemos se o evento aconteceu, mas sabemos que **vocês** não poderiam tê-lo visto.”

Exemplo:

- Testemunhas A: “Vimos Reuven matar Shimon em Jerusalém no dia X.”
- Testemunhas B: “**Vocês** estavam conosco na Babilônia durante todo o dia X.”

Resultado: O primeiro par de testemunhas é punido.

Cenário de Aplicação: O Álibi da Testemunha

1. Situação:

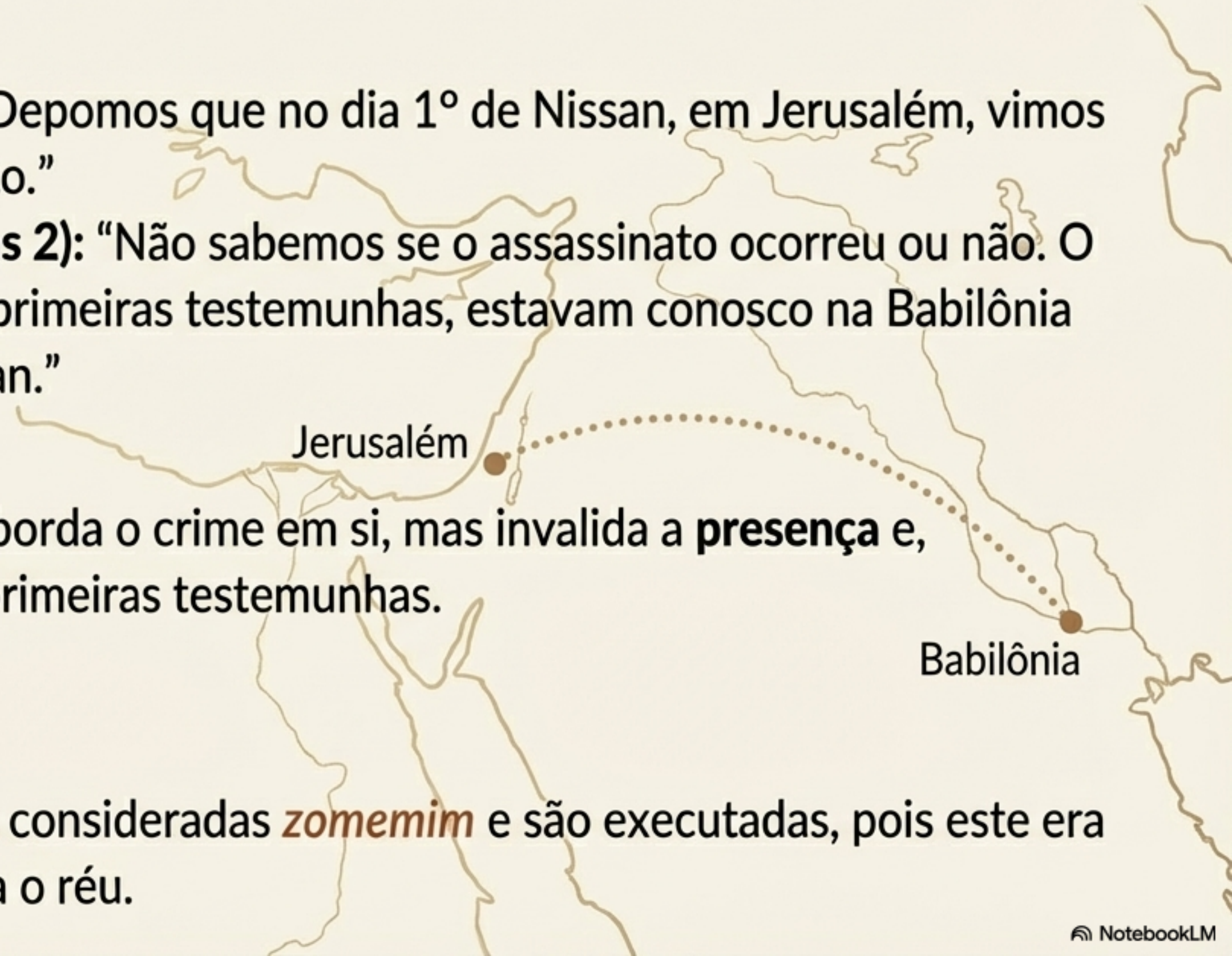
- **Acusação (Testemunhas 1):** “Depomos que no dia 1º de Nissan, em Jerusalém, vimos Fulano cometer um assassinato.”
- **Desqualificação (Testemunhas 2):** “Não sabemos se o assassinato ocorreu ou não. O que sabemos é que vocês, as primeiras testemunhas, estavam conosco na Babilônia durante todo o dia 1º de Nissan.”

2. Análise Jurídica:

- O segundo testemunho não aborda o crime em si, mas invalida a **presença** e, portanto, a credibilidade das primeiras testemunhas.
- Isso constitui **hazamah**.

3. Veredito:

- As **primeiras** testemunhas são consideradas **zomemim** e são executadas, pois este era o destino que planejavam para o réu.



A Base da Lei: Um Decreto Bíblico e a Força do Testemunho Válido

Princípio Central: A Torá aceita a palavra do segundo par de testemunhas (que estabelece o álibi) sobre a do primeiro. Isso é um *gezerat hakatuv* – um decreto bíblico.

Implicação Radical: O número de testemunhas é irrelevante.

“Mesmo que houvesse **100** no primeiro grupo de testemunhas e **duas** testemunhas viessem e as desqualificassem... as **100** testemunhas são punidas.”

Insight-Chave: Na lei judaica, duas testemunhas válidas equivalem a 100. A validade supera a quantidade.

Makkot 5b

O Contraste: A Lógica da Anulação Mútua

Cenário de *Hakchasha* (Contradição):

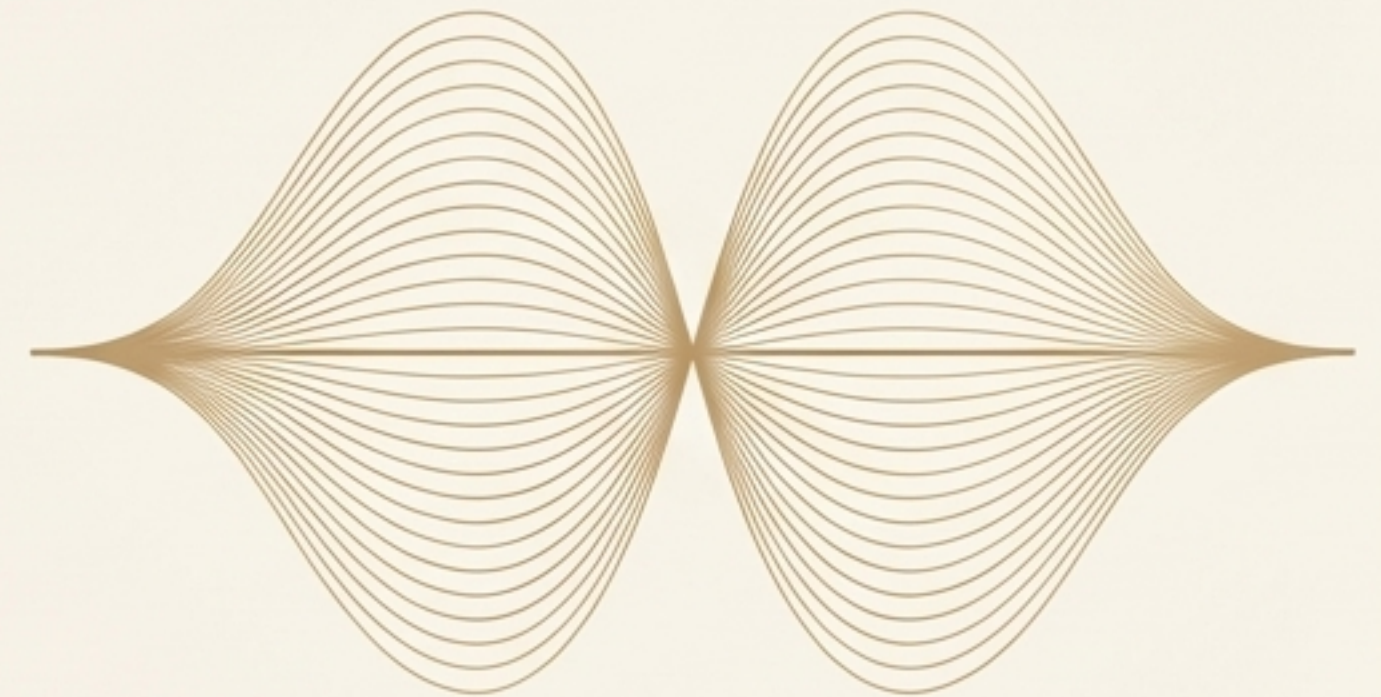
- Se dois grupos de testemunhas se contradizem sobre os fatos de um evento (ex: 'ele matou' vs. 'ele não matou'), o tribunal não segue a maioria numérica.

Resultado:

- Ambos os testemunhos são simplesmente anulados e considerados irrelevantes.
- A ausência de um 'decreto bíblico' para dar preferência a um dos lados resulta em um impasse onde nenhuma ação pode ser tomada.

Conclusão:

Apenas no caso de *hazamah* a lei ativamente escolhe um testemunho sobre o outro para fins de punição.



As Regras do Processo: Presença Obrigatória, Advertência Desnecessária



Regra 1: A Necessidade da Presença

- A desqualificação por hazamah só pode ocorrer na presença das testemunhas que estão sendo acusadas.
- **Justificativa:** Como elas estão sujeitas a uma punição severa (capital, corporal ou financeira), o processo acusatório deve ser feito diretamente.



Regra 2: A Dispensa da Advertência

- Normalmente, uma advertência formal (hatra'ah) é necessária antes de punir uma transgressão.
- Testemunhas conspiradoras, no entanto, não precisam ser advertidas.
- **Justificativa:** O ato delas não envolve uma ação física, mas uma conspiração. Além disso, como elas buscaram punir o réu sem advertência, elas também são punidas sem uma.

O Que Acontece na Ausência? A Reversão para Simples Contradição

Cenário: O testemunho que comprova a *hazamah* é prestado, mas as testemunhas originais não estão presentes (ou já faleceram).

Resultado:

- A punição de *eid zomeim* **não pode** ser aplicada.
- No entanto, o testemunho original ainda é invalidado.

A situação é legalmente tratada como *hakchasha* (contradição).

Insight-Chave: A lei separa a desqualificação do testemunho da punição da testemunha. A punição exige um padrão processual mais elevado (a presença), enquanto a invalidação do testemunho pode ocorrer mesmo sem ele para proteger o réu original.



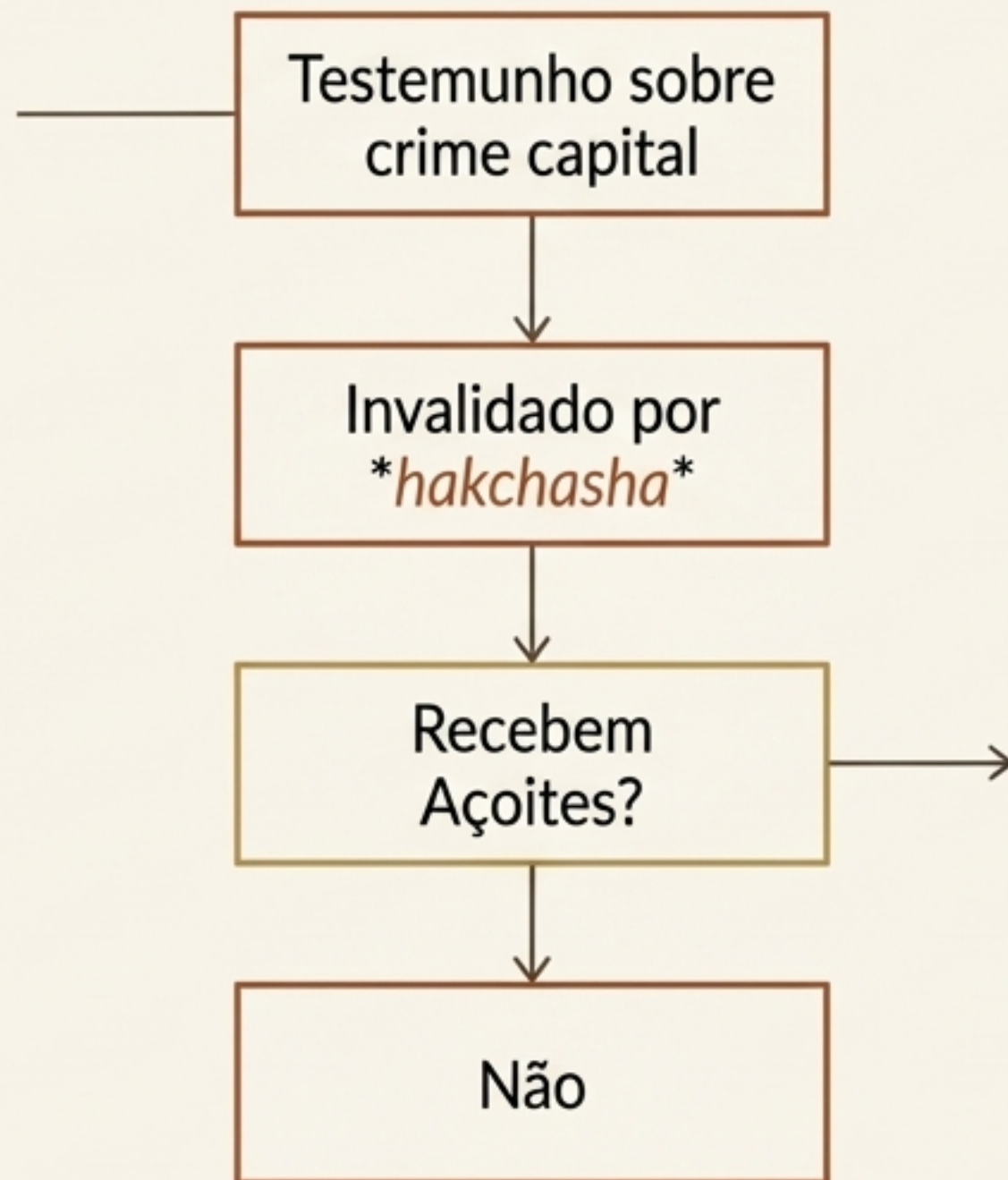
Caso Especial: Contradição em Crimes Capitais

Situação:

Testemunhas acusam alguém de assassinato. O testemunho é invalidado por **hakchasha** (contradição), não por **hazamah**. Por exemplo, a suposta vítima aparece viva no tribunal.

Pergunta:

As testemunhas falsas recebem açoites por violar a proibição contra falso testemunho?



Resposta:

Não.

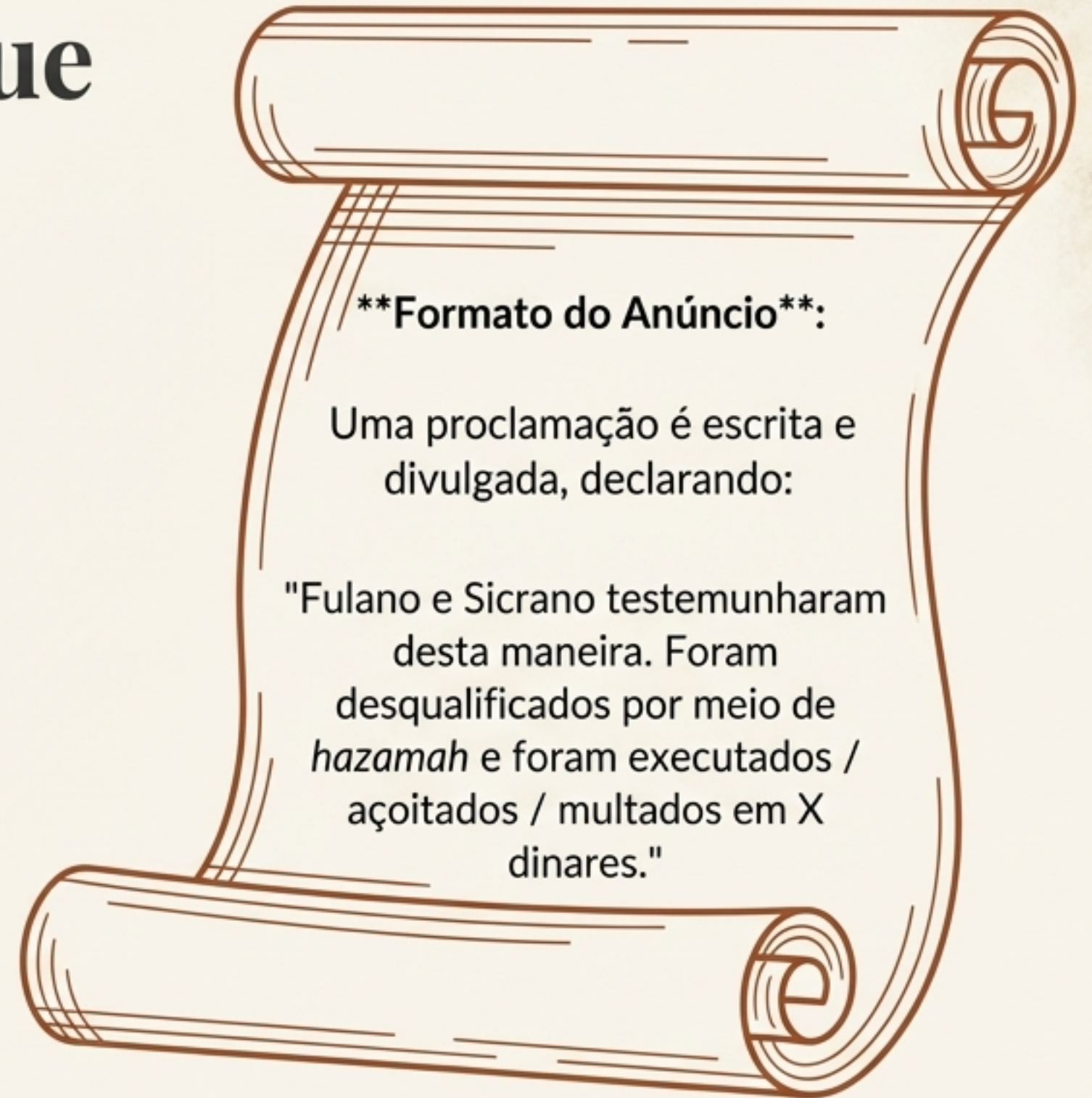
Justificativa Lógica:

- A punição que elas conspiraram para infligir era a pena de morte.
- A punição por falsa testemunha.
- A lei que proíbe uma transgressão punível com morte não acarreta açoites adicionais.
- **Porém:** O tribunal retém o poder discricionário de aplicar 'açoites por conduta rebelde' (*makat mardut*) para manter a ordem e a seriedade do tribunal.

O Epílogo Público: "Para que os outros ouçam e temam"

****Ação Requerida****: Após a punição das testemunhas conspiradoras, é necessário fazer um anúncio público.

****Propósito****: Dissuasão pública. A punição não é apenas retributiva, mas também um exemplo para a comunidade.



****Formato do Anúncio****:

Uma proclamação é escrita e divulgada, declarando:

"Fulano e Sicrano testemunharam desta maneira. Foram desqualificados por meio de *hazamah* e foram executados / açoitados / multados em X dinares."

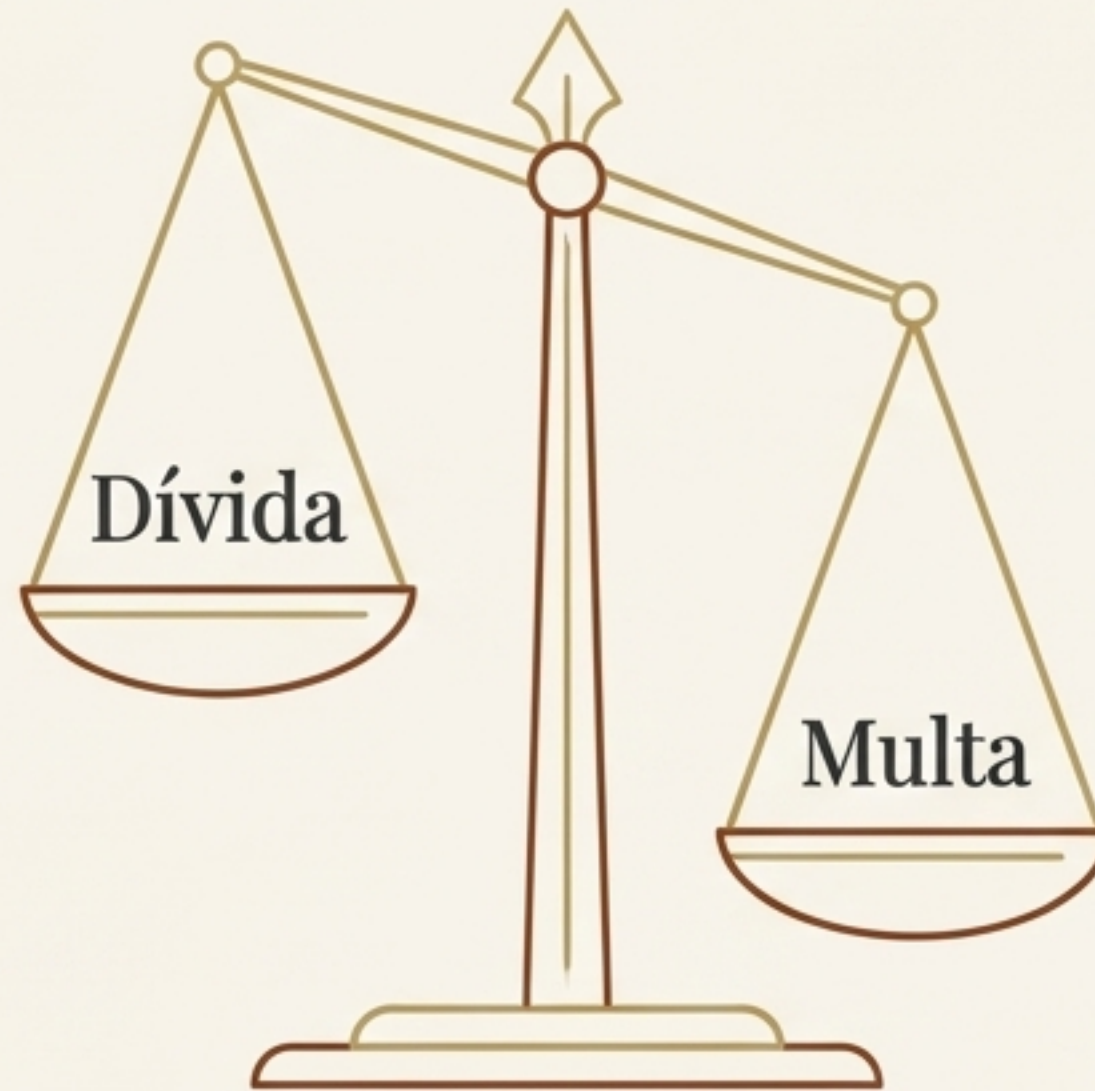
"Os que permanecerem ouvirão e temerão, e nunca mais farão uma coisa tão má no meio de ti." (Deuteronômio 19:20)

Uma Distinção Financeira com Profundas Implicações: Multa vs. Dívida

Análise Jurídica

A obrigação de pagamento imposta às testemunhas conspiradoras não é considerada uma **restituição** por um dano causado.

- **Por que não é restituição?**
Porque o réu original, de fato, não sofreu a perda financeira. A sentença contra ele foi impedida.



Classificação Legal

O pagamento é classificado como um **kenas** — uma **multa**.

Implicação

Esta classificação legal altera fundamentalmente como a obrigação é tratada, especialmente no que diz respeito à confissão.

O Poder da Confissão: A Consequência de Ser uma Multa

****Princípio Geral*:** Em leis de multas (*kenas*), uma pessoa que admite sua culpa por iniciativa própria, antes de ser condenada pelo tribunal, fica isenta do pagamento.

Confissão

Cenário 1: Confissão Antes do Veredito

As testemunhas admitem: "Nós prestamos falso testemunho."

****Resultado*:**

Elas **não são** obrigadas a pagar a multa.



Cenário 2: Confissão Após o Veredito

Elas afirmam: "Fomos condenados no tribunal de Fulano e obrigados a pagar."

****Resultado*:**

Elas **são** obrigadas a pagar.



Sua confissão agora é sobre uma dívida já estabelecida judicialmente, não mais sobre a transgressão original.



A Arquitetura da Verdade: Um Sistema de Precisão e Propósito

- **Retribuição Precisa:** O princípio de *medida por medida* garante que a punição espelhe a intenção maliciosa.
- **Distinção Cirúrgica:** A diferença entre atacar o **evento** (*hakchasha*) e desqualificar a **testemunha** (*hazamah*) é a chave para a aplicação da lei.
- **Procedimento Rigoroso:** Requisitos como a presença e a proclamação pública criam um sistema com salvaguardas e um propósito social claro.
- **Lógica Financeira Sutil:** A classificação da pena como uma **multa** revela uma profunda compreensão da natureza da obrigação e da confissão.

A lei de *eid zomeim* emerge não como uma regra isolada, mas como um **mecanismo integral projetado para salvaguardar a integridade** do processo judicial e proteger a verdade.

